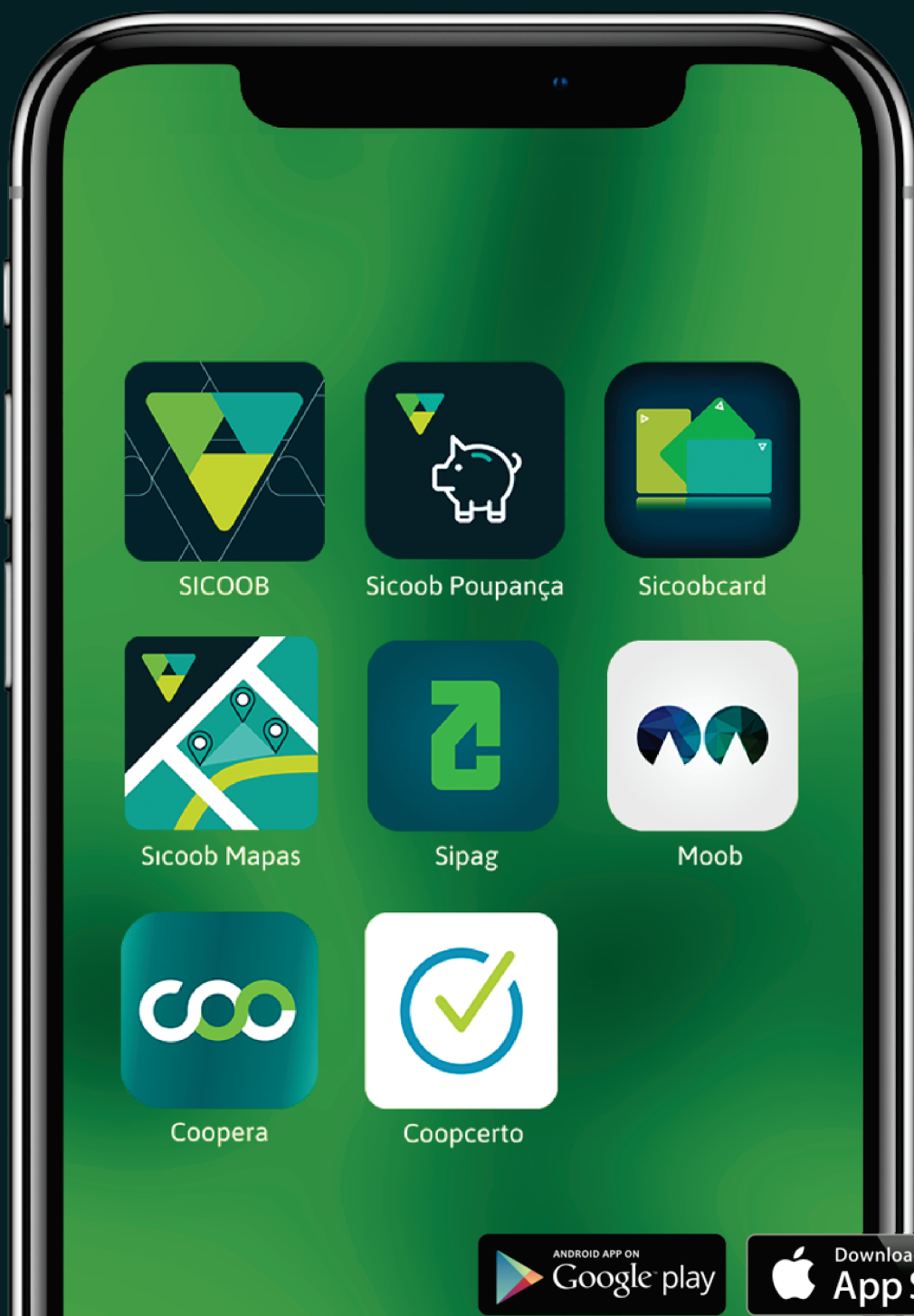


DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SICOOB CREDIALTO

2020



SICOOB



Sicoob Poupança



Sicoobcard



Sicoob Mapas



Sipag



Moob



Coopera



Coopcerto



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da Cooperativa de Crédito de Crédito de Livre Admissão do Alto São Francisco Ltda. – SICOOB CREDIALTO, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CREDIALTO completou 29 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos, captação de depósitos e prestação de serviços bancários.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CREDIALTO obteve um resultado positivo de R\$ 6.855.054,60 representando um retorno de 26,50%, sobre o Patrimônio Líquido de 31/12/2019 (R\$ 25.865.906,79).

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 81.575.307,10. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 171.900.629,98.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$	55.798.568,65	32,46%
Carteira Comercial	R\$	116.102.061,33	67,54%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020, o percentual de 30,12% da carteira, no montante de R\$ 51.797,420,89.

4. Captação

As captações em 31/12/2020, no total de R\$ 183.163.580,17, apresentaram uma evolução, em relação ao mesmo período do exercício anterior de 61,00%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$	52.085.709,79	28,44%
Depósitos a Prazo	R\$	108.344.475,39	59,15%
Letras de Crédito Agronegócio	R\$	14.815.631,11	8,09%
Letras de Crédito Imobiliário	R\$	7.917.763,88	4,32%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 18,20% da captação total, no montante de R\$ 33.394.698,01.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência em 31/12/2020, do SICOOB CREDIALTO era de R\$ 30.988.877,01, com crescimento de 27,87%. O quadro de associados era composto por 10.284 Cooperados, havendo um acréscimo de 11,67% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

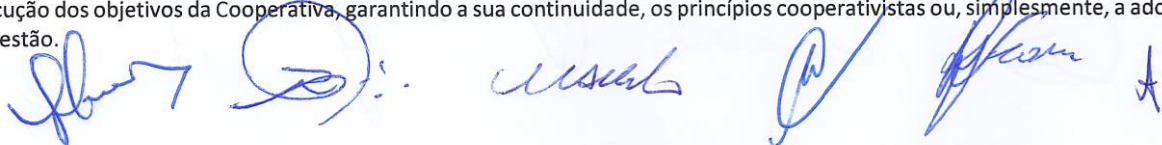
6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do Associado e da operação através da Plataforma de Risco de Crédito do sistema operacional SISBR, nos módulos denominados Classificação de Riscos e Limites – CRL e Classificação de Operações – COP, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIALTO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99. As operações de crédito classificadas nos Níveis de Risco "A" a "C" representavam 92,07% do total da Carteira de Empréstimo.

7. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.



Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui área de Controle Internos composta por 2 (dois) Agentes de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e supervisionados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa, bem como ao Sicoob Central CECREMGE e o Conselho Fiscal.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regimento da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito para o Biênio 2019/2020, em AGO, com mandato até a AGO de 2021. O Conselho Fiscal tem a responsabilidade de fiscalizar de forma sistemática e minuciosamente os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIALTO aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

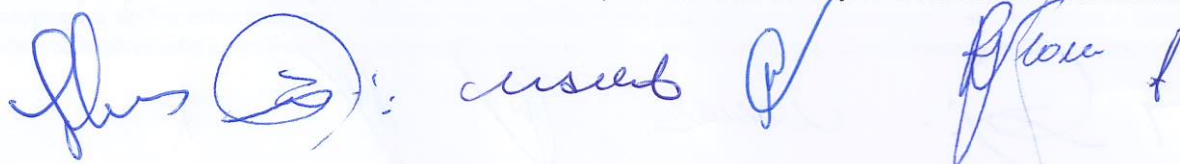
No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB CREDIALTO registrou 11 (onze) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 11 (onze) reclamações, 5 (cinco) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Quanto às outras 6 (seis) reclamações que foram consideradas improcedentes, também tiveram o mesmo tratamento buscando solucionar e providenciar o esclarecimento de todos os tipos de atendimento que foram questionados nas manifestações.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou



resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a Sistemas Cooperativistas de Crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

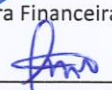
Agradecemos aos nossos associados pela confiança e aos cooperadores e parceiros pelo comprometimento.

Piumhi/MG, 25 de janeiro de 2021

Diretoria Executiva

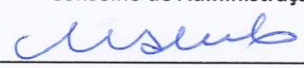


CRISTIANE FARIA SOUZA
Diretora Financeira

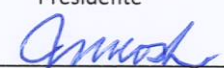


DALILA SILVA MIRANDA FERREIRA
Diretora Administrativa

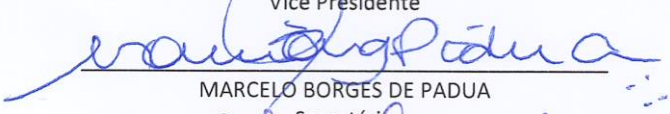
Conselho de Administração



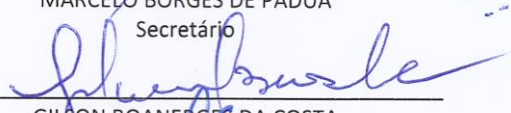
NELSON SOARES DE MELO
Presidente



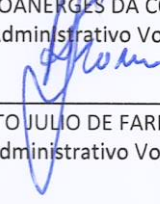
JAIR MODESTO DA COSTA
Vice Presidente



MARCELO BORGES DE PADUA
Secretário



GILSON BOANERGES DA COSTA
Cons. Administrativo Vogal



RENATO JULIO DE FARIA
Cons. Administrativo Vogal

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	267.195.747,87	145.802.475,81
Circulante	178.778.599,10	110.692.659,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	83.634.090,64	53.006.039,56
Disponibilidades	2.058.783,54	2.317.606,39
Centralização Financeira - Cooperativas	81.575.307,10	50.688.433,17
Operações de Crédito	93.790.344,05	56.166.355,66
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	45.491.791,46	25.928.166,92
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	(1.345.875,46)	(1.595.820,94)
Financiamentos	7.848.104,54	7.327.798,64
(-) Provisão para Operações de Financiamentos	(194.840,06)	(325.273,37)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	42.637.388,91	25.099.612,43
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais	(646.225,34)	(268.128,02)
Outros Créditos	882.414,16	1.246.586,52
Créditos por Avais e Fianças Honradas	124.882,85	110.108,39
Rendas a Receber	481.253,48	361.194,40
Diversos	314.857,41	732.401,01
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	60.797,13	127.995,89
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(99.376,71)	(85.113,17)
Outros Valores e Bens	471.750,25	273.678,11
Outros Valores e Bens	330.064,45	150.000,00
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	(15.000,00)	-
Despesas Antecipadas	156.685,80	123.678,11
Não Circulante	88.417.148,77	35.109.815,96
Realizável a Longo Prazo	73.675.869,72	24.130.650,86
Operações de Crédito	73.675.869,72	24.130.650,86
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	48.079.841,56	12.433.959,90
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	(1.821.415,01)	(1.258.112,25)
Financiamentos	14.682.323,77	12.592.173,82
(-) Provisão para Operações de Financiamentos	(249.898,40)	(369.606,85)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.161.179,74	736.381,46
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais	(176.161,94)	(4.145,22)
Permanente	14.741.279,05	10.979.165,10
Investimentos	2.869.124,30	2.460.641,76
Participação em Cooperativa Central de Crédito	2.665.135,35	2.269.394,97
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito	203.988,95	191.246,79
Imobilizado de Uso	11.843.153,11	8.466.235,82
Imobilizado de Uso	14.232.723,60	10.674.494,80
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado	(2.389.570,49)	(2.208.258,98)
Intangível	29.001,64	52.287,52
Ativos Intangíveis	423.974,36	423.974,36
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis	(394.972,72)	(371.686,84)
Total do Ativo	267.195.747,87	145.802.475,81
PASSIVO	234.474.786,48	119.936.569,02
Circulante	228.427.627,52	119.240.200,79
Depósitos	160.379.698,16	97.918.499,61
Depósitos à Vista	52.085.709,79	31.660.120,09

Handwritten signatures and initials in blue ink.

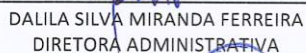
Depósitos à Prazo	108.293.988,37	66.258.379,52
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	22.277.586,98	13.182.520,47
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio	14.359.823,10	13.182.520,47
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário	7.917.763,88	-
Relações Interfinanceiras	35.692.554,79	4.954.284,11
Repasse Interfinanceiros	35.691.859,15	4.954.248,14
Relações com Correspondentes	695,64	35,97
Relações Interdependências	1.072.021,45	150.279,61
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.072.021,45	150.279,61
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.252.487,55	-
Empréstimos No País - Outras Instituições	4.252.487,55	-
Outras Obrigações	4.753.278,59	3.034.616,99
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	23.477,49	43.426,62
Sociais e Estatutárias	2.006.102,45	968.459,14
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	461.008,08	264.694,88
Diversas	2.262.690,57	1.713.036,35
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	-	45.000,00
Não Circulante	6.047.158,96	696.368,23
Depósitos	50.487,02	-
Depósitos à Prazo	50.487,02	-
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	455.808,01	628.715,14
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	455.808,01	628.715,14
Relações Interfinanceiras	5.421.657,25	-
Repasse Interfinanceiros	5.421.657,25	-
Outras Obrigações	64.167,09	39.954,41
Diversas	64.167,09	39.954,41
Receita de Exercício Futuros	55.039,59	27.698,68
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.720.961,39	25.865.906,79
Capital Social	18.269.333,63	16.406.336,73
De Domiciliados No País	19.232.910,17	17.194.314,81
(-) Capital A Realizar	(963.576,54)	(787.978,08)
Reserva de Sobras	10.901.812,33	7.356.888,90
Sobras ou Perdas Acumuladas	3.549.815,43	2.102.681,16
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	267.195.747,87	145.802.475,81
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.	-	-



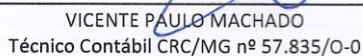
NELSON SOARES DE DE MELO
PRESIDENTE



CRISTIANE FÁRIA SOUZA
DIRETORA FINANCEIRA



DALILA SILVA MIRANDA FERREIRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA



VICENTE PAULO MACHADO
Técnico Contábil CRC/MG nº 57.835/O-0

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	5.079.909,42	6.442.075,29	2.208.412,32	2.216.611,14
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(91.289,26)	-	(133.997,85)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	3.120,34	2.613.440,12	(79.650,92)	1.560.435,43
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	214.899,50	364.922,62	112.844,57	250.959,37
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	-	15.000,00	-	151.974,82
Depreciações e Amortizações	130.239,55	286.523,68	159.604,54	320.292,57
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	5.428.168,81	9.630.672,45	2.515.481,71	4.480.546,68
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	4.183.616,84	5.927.121,10
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	38.952,01
Relações Interfinanceiras	33.304,09	-	25.055,64	-
Operações de Crédito	(53.990.543,07)	(89.782.647,37)	(13.388.177,68)	(22.436.713,10)
Outros Créditos	282.273,08	364.172,36	(303.061,52)	(290.437,62)
Outros Valores e Bens	(185.553,26)	(213.072,14)	519.446,23	562.079,18
Depósitos à Vista	15.844.605,52	20.425.589,70	3.068.962,20	5.503.700,21
Depósitos à Prazo	29.845.709,34	42.086.095,87	5.143.238,87	6.345.700,77
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(2.108.008,79)	1.004.395,50	1.564.933,85	2.182.370,32
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	7.917.763,88	7.917.763,88	-	-
Resultado de Exercícios Futuros	44.805,19	27.340,91	26.405,46	24.414,44
Relações Interdependências	1.063.970,94	921.741,84	143.474,86	(557.419,25)
Relações Interfinanceiras	27.848.153,31	36.159.927,93	(6.386.073,63)	(8.253.655,38)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(798.766,73)	4.252.487,55	-	-
Outras Obrigações	909.255,83	1.200.715,09	(601.294,88)	(774.613,68)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(428.331,59)	(428.331,59)	-	-
FATES Sobras Exercício	(554.673,08)	(554.673,08)	(132.435,77)	(132.435,77)
Imposto de Renda	(118.525,60)	(168.546,79)	-	-
Contribuição Social	(90.866,46)	(121.229,56)	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	30.942.741,41	32.722.402,55	(3.620.427,82)	(7.380.390,09)
Recebimento Dividendos	-	12.744,59	-	22.815,49
Distribuição Sobras da Central	-	78.544,67	-	111.182,36
Aquisição de Intangível	0,00	(0,00)	(22.138,20)	(28.528,20)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.079.325,68)	(3.640.155,09)	(3.199.008,25)	(4.427.963,47)
Aquisição de investimentos	-	(408.482,54)	(226.939,50)	(560.236,56)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.079.325,68)	(3.957.348,37)	(3.448.085,95)	(4.882.730,38)
Aumento por Novos Aportes de Capital	1.418.538,91	2.461.347,30	1.139.079,52	2.164.240,40
Devolução de Capital à Cooperados	(634.437,50)	(1.007.444,02)	(521.260,91)	(1.169.326,82)
Estorno/Cancelamento de Capital	(43.100,00)	(45.290,00)	(1.655,00)	(2.120,00)
Juros ao Capital pago	454.389,21	454.389,21	874.024,24	874.024,24
IRRF sobre Juros ao Capital	(5,59)	(5,59)	(1.053,77)	(1.053,77)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.195.385,03	1.862.996,90	1.489.134,08	1.865.764,05
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	30.058.800,76	30.628.051,08	(5.579.379,69)	(10.397.356,42)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	53.575.289,88	53.006.039,56	58.585.419,25	63.403.395,98
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	83.634.090,64	83.634.090,64	53.006.039,56	53.006.039,56
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	30.058.800,76	30.628.051,08	(5.579.379,69)	(10.397.356,42)
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.	-	-	-	-

NELSON SOARES DE MELO
PRESIDENTE

CRISTIANE FARIAS SOUZA
DIRETORA FINANCEIRA

DALILA SILVA MIRANDA FERREIRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

VICENTE PAULO MACHADO
Técnico Contábil
CRC/MG nº 57.835/O-0

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital			Reservas de Sobras					Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Estatutárias	Contingências	Expansão	Outras		
Saldo em 31/12/2018	15.122.711,22	(582.138,54)	-	5.447.612,49	-	-	477.582,78	-	2.228.181,68	22.693.949,63
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	114.271,20	114.271,20
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	1.379.533,34	-	-	(477.582,78)	-	(901.950,56)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	2.370.079,94	(205.839,54)	-	-	-	-	-	-	-	2.164.240,40
Por Devolução (-)	(1.169.326,82)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.169.326,82)
Estorno de Capital	(2.120,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.120,00)
Cancelamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-







SICOOB CREDIALTO

Rua Grijalva Soares Terra, 69 - Centro

37925-000 - Piumhi - MG

Tel.: (37) 3371-9300

credialto@sicoobcredialto.com.br - www.sicoobcredialto.com.br

Reversões de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.216.611,14	2.216.611,14	
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(892.253,46)	(892.253,46)	
Subscrição de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros ao Capital	874.024,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	874.024,24	
IRRF sobre Juros ao Capital	(1.053,77)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.053,77)	
Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Movimentações por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fundo de Reserva	-	-	-	529.743,07	-	-	-	-	-	(529.743,07)	-	
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
F A T E S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132.435,77)	(132.435,77)	
Saldo em 31/12/2019	17.194.314,81	(787.978,08)	-	7.356.888,90	-	-	-	-	-	2.102.681,16	25.865.906,79	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ao FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Constituição de Reservas	-	-	-	1.326.231,12	-	-	-	-	-	(1.326.231,12)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	2.636.945,76	(175.598,46)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.461.347,30
Por Devolução (-)	(1.007.444,02)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.007.444,02)
Estorno de Capital	(45.290,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.290,00)
Cancelamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.442.075,29	6.442.075,29
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(467.012,92)	(467.012,92)
Subscrição de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital	454.389,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	454.389,21
IRRF sobre Juros ao Capital	(5,59)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5,59)
Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-






Manual

Movimentações por incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(428.331,59)	(428.331,59)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	-	2.218.692,31	-	-	-	-	-	(2.218.692,31)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F A T E S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(554.673,08)	(554.673,08)
Saldo em 31/12/2020	19.232.910,17	(963.576,54)	-	10.901.812,33	-	-	-	-	-	3.549.815,43	32.720.961,39
Saldo em 30/06/2019	15.592.733,19	(675.530,54)	-	6.827.145,83	-	-	321.802,77	-	-	559.174,10	22.625.325,35
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114.271,20	114.271,20
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	(321.802,77)	-	-	321.802,77	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas por incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.251.527,06	(112.447,54)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.139.079,52

f *CD* *P*



SICOOB CREDIALTO

Rua Grijalva Soares Terra, 69 - Centro

37925-000 - Piumhi - MG

Tel: (37) 3371-9300

credialto@sicoobcredialto.com.br - www.sicoobcredialto.com.br

Por Devolução (-)	(521.260,91)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(521.260,91)
Estorno de Capital	(1.655,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.655,00)
Cancelamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	-	-	-	2.208.412,32	2.208.412,32	-
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(438.800,39)	(438.800,39)	-
Subscrição de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital	874.024,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	874.024,24
IRRF sobre Juros ao Capital	(1.053,77)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.053,77)
Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações por incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	-	529.743,07	-	-	-	-	(529.743,07)	-	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F A T E S	-	-	-	-	-	-	-	-	(132.435,77)	(132.435,77)	-
Saldo em 31/12/2019	17.194.314,81	(787.978,08)	-	7.356.888,90	-	-	-	-	2.102.681,16	25.865.906,79	-
Saldo em 30/06/2020	18.483.583,14	(1.409.634,54)	-	8.683.120,02	-	-	186.171,80	-	1.952.444,11	27.895.684,53	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Handwritten signature

Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	(186.171,80)	-	-	186.171,80	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas por Incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	972.480,91	446.058,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.418.538,91	-
Por Devolução (-)	(634.437,50)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(634.437,50)	-
Estorno de Capital	(43.100,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.100,00)	-
Cancelamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.079.909,42	5.079.909,42	-
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(467.012,92)	(467.012,92)	-
Subscrição de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital	454.389,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	454.389,21	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(5,59)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5,59)	-
Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

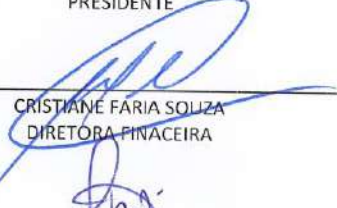
Handwritten signatures

IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações por incorporações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(428.331,59)	(428.331,59)	
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	-	-	2.218.692,31	-	-	-	-	-	(2.218.692,31)	-	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(554.673,08)	(554.673,08)	
Saldo em 31/12/2020	19.232.910,17	(963.576,54)	-	-	10.901.812,33	-	-	-	-	-	3.549.815,43	32.720.961,39	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



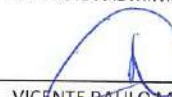
NELSON SOARES DE MELO
PRESIDENTE



CRISTIANE FÁRIA SOUZA
DIRETORA FINANCEIRA



DALILA SILVA MIRANDA FERREIRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA



VICENTE PAULO MACHADO
Técnico Contábil
CRC/MG nº 57.835/O-0

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira	10.282.147,57	19.555.522,58	8.537.900,40	16.853.952,68
Operações de Crédito	9.589.271,37	18.007.763,44	6.906.106,91	13.199.893,13
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	58.983,78	233.239,71
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	-	-	-	348,75
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	692.876,20	1.547.759,14	1.572.809,71	3.420.471,09
Dispêndio da Intermediação Financeira	(1.965.796,46)	(6.321.525,82)	(2.284.694,05)	(6.491.217,10)
Operações de Captação no Mercado	(1.211.065,22)	(2.707.320,27)	(2.136.076,44)	(4.337.239,91)
Operações de Empréstimos e Repasses	(751.610,90)	(1.000.765,43)	(228.268,53)	(593.541,76)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	(3.120,34)	(2.613.440,12)	79.650,92	(1.560.435,43)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	8.316.351,11	13.233.996,76	6.253.206,35	10.362.735,58
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais	(3.042.084,33)	(6.518.092,05)	(4.155.155,02)	(8.109.160,44)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	2.451.292,46	3.975.335,21	1.183.969,22	2.237.786,79
Rendas (Ingressos) de Tarifas	1.489.444,12	2.356.041,35	503.589,21	968.359,51
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	(4.298.062,03)	(8.037.733,06)	(3.420.792,17)	(6.897.672,96)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	(2.765.501,80)	(5.326.750,99)	(2.643.134,20)	(5.021.515,91)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(266.498,69)	(432.897,95)	(141.414,43)	(282.224,04)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	600.054,99	1.262.408,51	532.802,83	1.245.714,94
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	(155.918,22)	(220.267,90)	(199.168,28)	(403.404,60)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes	-	45.000,00	724,00	44.724,00
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	(96.895,16)	(139.227,22)	28.268,80	(928,17)
Resultado Operacional	5.274.266,78	6.715.904,71	2.098.051,33	2.253.575,14
Outras Receitas e Despesas	15.034,70	15.946,93	110.360,99	(36.964,00)
Lucros em Transações com Valores e Bens	10.657,84	10.657,84	20.000,00	20.000,00
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	-	(77.523,00)	(77.523,00)
Outras Receitas	8.646,56	28.826,70	16.361,80	21.517,19
Outras Despesas	(4.269,70)	(8.537,61)	(452,63)	(958,19)
Outras Despesas/Receitas de Provisões	-	(15.000,00)	151.974,82	-
Resultado Antes da Tributação e Participações	5.289.301,48	6.731.851,64	2.208.412,32	2.216.611,14
Imposto de Rendas	(118.525,60)	(168.546,79)	-	-
Contribuição Social	(90.866,46)	(121.229,56)	-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações	5.079.909,42	6.442.075,29	2.208.412,32	2.216.611,14
Destinações Legais e Estatutárias	-	(3.201.696,98)	-	(662.178,84)
FATES	-	(983.004,67)	-	(132.435,77)
Reserva Legal	-	(2.218.692,31)	-	(529.743,07)
Resultado Antes dos Juros ao Capital	5.079.909,42	3.240.378,31	2.208.412,32	1.554.432,30
Juros ao Capital	(467.012,92)	(467.012,92)	(438.800,39)	(892.253,46)
Sobras/Perdas Líquidas	4.612.896,50	2.773.365,39	1.769.611,93	662.178,84
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.	-	-	-	-



NELSON SOARES DE MELO
PRESIDENTE



DALILA SILVA MIRANDA FERREIRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA



CRISTIANE FÁRIA SOUZA
DIRETORA FINANCEIRA



VICENTE PAULO MACHADO
Técnico Contábil
CRC/MG nº 57.835/O-0



SICOOB CREDIALTO
Rua Grijalva Soares Terra, 69 - Centro
37925-000 - Plumbi - MG
Tel: (37) 3371-9300
credialto@sicoobcredialto.com.br - www.sicoobcredialto.com.br

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	5.079.909,42	6.442.075,29	2.208.412,32	2.216.611,14
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	5.079.909,42	6.442.075,29	2.208.412,32	2.216.611,14
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

NELSON SOARES DE DE MELO
PRESIDENTE

CRISTIANE FARIA SOUZA
DIRETORA FINANCEIRA

DALILA SILVA MIRANDA FERREIRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

VICENTE PAULO MACHADO
Técnico Contábil
CRC/MG nº 57.835/O-0

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDIALTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2020

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDIALTO - SICOOB CREDIALTO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira bancária, fundada em 03/12/1991, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIALTO possui 7 Postos de Atendimento (PAs), sendo 3 em PIUMHI (MG) e os demais nas cidades de: DORESÓPOLIS (MG), CÓRREGO FUNDO (MG), CAPITÓLIO (MG) e PIMENTA (MG).

O SICOOB CREDIALTO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

I – Prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros, com a prática de operações ativas, passivas e acessórias, cujas condições serão estabelecidas pelo Conselho de Administração, bem como o exercício de quaisquer atividades próprias das cooperativas de crédito, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito.

II- No desenvolvimento do seu objeto social, a Cooperativa deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional de seus associados, tendo como base os princípios cooperativistas.

III - Em todos os aspectos de suas atividades, devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da discriminação religiosa, racial e social.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71, pela Lei Complementar nº 130/2009, normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 20/01/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) No Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade;
- ii) Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período;
- iii) Divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA;
- iv) Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.



b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDIALTO junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

1. Se protejam, dentro ou fora da Cooperativa, usem máscara, álcool gel, pratiquem o distanciamento. Somente em casos de urgência se dirijam a locais de alto risco de transmissão, como hospitais e postos de saúde.
É impossível saber, sem exames ou sintomas, se nós ou as pessoas que estamos convivendo estão contaminadas, por isso, pratiquem as medidas de prevenção.
2. Caso apresente sintomas, procure um médico e siga as instruções do mesmo.
3. Caso tenha tido contato com pessoa suspeita, redobre as medidas de segurança.
4. Caso tenha tido contato com pessoa reagente confirmada, não significa que a mesma também estará contaminada, principalmente ausente de sintomas. Portanto, redobre mais ainda as medidas de segurança, pois os exames somente são indicados em casos de sintoma e ou após média de 7 dias de contato.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

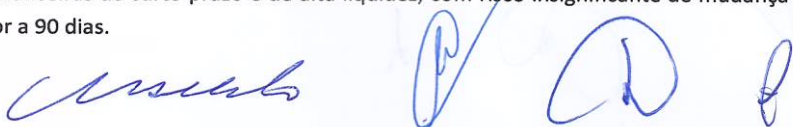
Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.



d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e *softwares*, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	2.058.783,54	2.317.606,39
Relações interfinanceiras - centralização financeira	81.575.307,10	50.688.433,17
TOTAL	83.634.090,64	53.006.039,56



5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	81.575.307,10	50.688.433,17
TOTAL	81.575.307,10	50.688.433,17

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	45.491.791,46	48.079.841,56	93.571.633,02	38.362.126,82
Financiamentos	7.848.104,54	14.682.323,77	22.530.428,31	19.919.972,46
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	42.637.388,91	13.161.179,74	55.798.568,65	25.835.993,89
Total de Operações de Crédito	95.977.284,91	75.923.345,07	171.900.629,98	84.118.093,17
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.186.940,86)	(2.247.475,35)	(4.434.416,21)	(3.821.086,65)
TOTAL	93.790.344,05	73.675.869,72	167.466.213,77	80.297.006,52

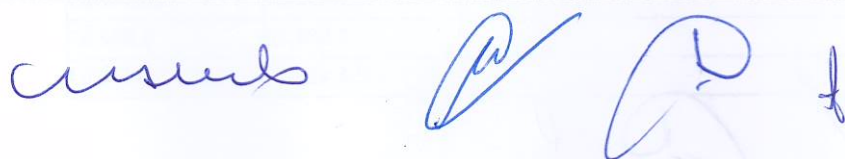
b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A 0,5% Normal	34.494.642,05	11.446.123,40	33.333.197,63	79.273.963,08	(396.369,82)	42.964.596,32	(214.822,98)
B 1% Normal	35.199.356,46	6.097.224,12	11.240.322,87	52.536.903,45	(525.369,03)	19.848.614,87	(198.486,15)
B 1% Vencidas	95.379,66	0,00	71.905,50	167.285,16	(1.672,85)	117.744,76	(1.177,45)
C 3% Normal	16.139.525,60	3.941.270,30	10.346.490,63	30.427.286,53	(912.818,60)	11.340.458,04	(340.213,74)
C 3% Vencidas	215.623,34	66.354,30	0,00	281.977,64	(8.459,33)	404.260,86	(12.127,83)
D 10% Normal	3.691.451,53	610.564,22	610.287,05	4.912.302,80	(491.230,28)	5.729.042,48	(572.904,25)
D 10% Vencidas	165.539,95	60.069,60	0,00	225.609,55	(22.560,96)	118.467,41	(11.846,74)
E 30% Normal	2.067.847,94	215.928,55	0,00	2.283.776,49	(685.132,95)	789.155,55	(236.746,67)
E 30% Vencidas	118.220,62	0,00	0,00	118.220,62	(35.466,19)	304.924,37	(91.477,31)
F 50% Normal	349.236,59	29.534,18	0,00	378.770,77	(189.385,39)	257.539,33	(128.769,67)
F 50% Vencidas	155.215,75	0,00	0,00	155.215,75	(77.607,88)	347.876,74	(173.939,15)
G 70% Normal	46.887,64	12.206,51	83.964,66	143.058,81	(100.141,17)	103.756,21	(72.629,35)
G 70% Vencidas	26.860,84	0,00	0,00	26.860,84	(18.802,59)	85.702,84	(59.991,99)
H 100% Normal	511.705,66	15.194,93	112.400,31	639.300,90	(639.300,90)	482.402,12	(482.402,12)
H 100% Vencidas	294.139,39	35.958,20	0,00	330.097,59	(330.097,59)	1.223.551,27	(1.223.551,27)
Total Normal	92.500.653,47	22.368.046,21	55.726.663,15	170.595.362,83	(3.939.748,14)	81.515.564,92	(2.246.974,92)
Total Vencidos	1.070.979,55	162.382,10	71.905,50	1.305.267,15	(494.667,39)	2.602.528,25	(1.574.111,73)
Total Geral	93.571.633,02	22.530.428,31	55.798.568,65	171.900.629,98	(4.434.415,53)	84.118.093,17	(3.821.086,65)
Provisões	(3.167.290,47)	(444.738,46)	(822.387,28)	(4.434.416,21)		(3.821.086,65)	
Total Líquido	90.404.342,55	22.085.689,85	54.976.181,37	167.466.213,77		80.297.006,52	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	13.774.107,90	31.717.683,56	48.079.841,56	93.571.633,02
Financiamentos	2.101.671,45	5.746.433,09	14.682.323,77	22.530.428,31
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	3.918.461,21	38.718.927,70	13.161.179,74	55.798.568,65
TOTAL	19.794.240,56	76.183.044,35	75.923.345,07	171.900.629,98



d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	4.572.700,74	1.197.445,11	0,00	5.770.145,85	3%
Setor Privado - Indústria	6.488.625,16	301.960,11	0,00	6.790.585,27	4%
Setor Privado - Serviços	53.127.193,73	6.716.842,93	0,00	59.844.036,66	35%
Pessoa Física	22.713.870,52	14.223.224,21	55.254.975,82	92.192.070,55	54%
Outros	6.669.242,87	90.955,95	543.592,83	7.303.791,65	4%
TOTAL	93.571.633,02	22.530.428,31	55.798.568,65	171.900.629,98	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	3.821.086,65	3.190.692,29
Constituições/Reversões no Período	2.514.509,76	1.475.064,41
Transferência para prejuízo	(1.901.180,20)	(844.670,05)
TOTAL	4.434.416,21	3.821.086,65

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	7.018.052,50	4,00%	1.844.404,91	2,00%
10 Maiores Devedores	37.935.709,17	22,00%	12.651.288,18	15,00%
50 Maiores Devedores	73.162.470,93	43,00%	27.257.773,43	32,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	7.824.910,82	7.508.920,74
Valor das operações transferidas no período	1.985.074,16	901.343,88
Valor das operações recuperadas no período	(1.322.923,54)	(569.002,92)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	(301.624,01)	(1.199,33)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(20.148,11)	(15.151,55)
TOTAL	8.165.289,32	7.824.910,82

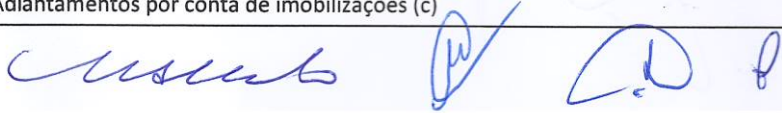
h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 17.154.213,24, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Avais e Fianças Honrados(a)	124.882,85	110.108,39
Serviços prestados a receber	132.498,60	124.368,98
Outras rendas a receber(b)	221.702,38	34.457,20
Rendimentos Centralização Financeira – Central	127.052,50	202.368,22
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	12.495,05	18.547,89
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3.588,18	3.882,93
Adiantamentos por conta de imobilizações (c)	154.428,24	459.438,64



Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Devedores por compra de valores e bens	0,00	220.290,00
Impostos e contribuições a compensar (d)	60.797,13	127.995,89
Títulos e créditos a receber	141.328,29	22.948,91
Devedores diversos - país	3.017,65	7.292,64
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(98.286,90)	(79.999,26)
(-) Sem características de concessão de crédito	(1.089,81)	(5.113,91)
TOTAL	882.414,16	1.246.586,52

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se a Rendas prestação de serviços em Operações de Crédito Rural do Bancoob.

(c) Refere-se Adiantamento para aquisição de material, para construção da Sede Administrativa, do Sicoob Credialto.

(d) Refere-se ao IRPJ e CSLL a compensar dos exercícios de 2019.

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

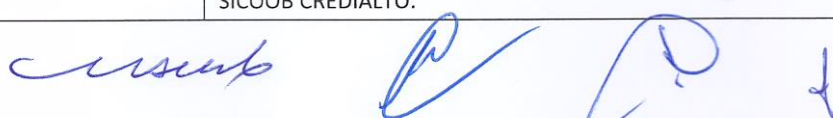
Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
C 3% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.290,00	-6608,70
E 30% Normal	0,00	9.770,54	0,00	9.770,54	-2931,16	6.640,39	-1992,12
E 30% Vencidas	0,00	23.679,63	0,00	23.679,63	-7103,89	24.702,41	-7410,72
F 50% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.905,03	-4452,52
F 50% Vencidas	0,00	1.933,48	0,00	1.933,48	-966,74	16.532,28	-8266,14
G 70% Vencidas	0,00	7.380,30	0,00	7.380,30	-5166,21	6.864,06	-4804,84
H 100% Vencidas	0,00	82.118,90	0,00	82.118,90	-82118,90	46.464,22	-46464,22
Total Normal	0,00	9.770,54	0,00	9.770,54	(2.931,16)	235.835,42	235.835,42
Total Vencidos	0,00	115.112,31	0,00	115.112,31	(95.355,74)	94.562,97	94.562,97
Total Geral	0,00	124.882,85	0,00	124.882,85	(98.286,90)	330.398,39	330.398,39
Provisões	0,00	(98.286,90)	0,00	(98.286,90)		166.607,22	
Total Líquido	0,00	26.595,95	0,00	26.595,95		250.399,13	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	330.064,45	0,00	150.000,00	0,00
(Provisões para Desvalorização Bens Não de Uso)	(15.000,00)	0,00	123.678,11	0,00
Despesas Antecipadas (b)	156.685,80	0,00	123.678,11	0,00
TOTAL	471.750,25	0,00	273.678,11	0,00

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Data do Recebimento	Descrição do Bem	Valor
18/12/2018	Um lote de Nº 27, MAT 67942, situado Av. Guanabara, vivendas do lago, PIMENTA- MG, em pagamento parcial CCB-29092-5, emissão de Marcelo da Silveira Cassini, em favor SICOOB CREDIALTO.	R\$ 50.000,00



Data do Recebimento	Descrição do Bem	Valor
18/12/2018	Um lote de Nº 28, MAT 67943, situado Av. Guanabara, vivendas do lago, PIMENTA- MG, em pagamento parcial CCB-29092-5, emissão de Marcelo da Silveira Cassini, em favor SICOOB CREDIALTO.	R\$ 50.000,00
18/12/2018	Um lote de Nº 29, MAT 67944, situado Av. Guanabara, vivendas do lago, PIMENTA- MG, em pagamento parcial CCB-29092-5, emissão de Marcelo da Silveira Cassini, em favor SICOOB CREDIALTO.	R\$ 50.000,00
30/09/2020	Apartamento composto por 3 quartos, 1 sala, 1 banheiro social, 1 cozinha e área de serviço, 1 vaga de garagem, com 110 M2, Aptº 202 Edifício LEONI CHAIM. Rua: Padre Francisco Arantes, 15 - Bairro Vila Paris - Belo Horizonte - MG - R-16 MAT. 29.428, 14/10/2020.	R\$ 180.064,45

- (b) Registram-se ainda no grupo, as despesas pagas antecipadamente, tendo como valores relevantes: Prêmios de Seguro Patrimonial (R\$ 54.047,30), Ticket Alimentação 01/2021 (R\$ 82.900,00), Processamento de Dados (R\$ 19.238,50) e outros (R\$ 500,00).

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participações em cooperativa central de crédito	2.665.135,35	2.269.394,97
Participações inst. financ. controlada coop. crédito	203.988,95	191.246,79
TOTAL	2.869.124,30	2.460.641,76

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso		9.083.929,27	5.551.187,45
Terrenos		1.784.779,23	1.784.779,23
Edificações	4%	560.260,97	560.260,97
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(352.696,99)	(330.286,39)
Instalações	10%	114.528,34	70.171,42
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(38.418,95)	(42.425,58)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.089.538,09	1.068.116,91
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.998.454,55)	(717.088,86)
Sistema de Comunicação	20%	0,00	141.851,52
Sistema de Processamento de Dados	20%	997.333,55	991.903,89
Sistema de Segurança	10%	424.929,55	290.798,81
Sistema de Transporte	20%	177.424,60	215.424,60
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(2.389.570,49)	(1.118.458,15)
TOTAL		11.843.153,11	8.466.235,82

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

Assento   

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Direito de Uso – Adquiridos Antes 01/10/2013	266.157,24	266.157,24	
Direito de Uso – Adquiridos A Partir 01/10/2013 (a)	157.817,12	157.817,12	4%
(-) Amortização Acumulada – Direito de Uso Adquiridos Antes de 01/10/2013	(266.157,24)	(266.157,24)	
(-) Amortização Acumulada – Direito de Uso Adquiridos Após de 01/10/2013	(128.815,48)	(105.529,60)	10%
TOTAL	29.001,64	52.287,52	

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se, basicamente, a 09 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, sendo 08 adquiridas em junho de 2009 e mais 01 adquirida em 2015, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, o direito de uso do SISBR.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	52.085.709,79		31.660.120,09	
Depósito a Prazo	108.344.475,39	0,16	66.258.379,52	0,36
TOTAL	160.430.185,18		97.918.499,61	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	4.004.112,76	2,00%	2.103.660,22	1,90%
10 Maiores Depositantes	23.071.255,54	14,00%	10.747.990,21	9,68%
50 Maiores Depositantes	52.303.529,54	33,00%	29.971.941,45	27,01%

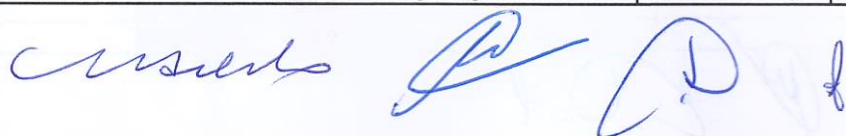
b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(902.535,85)	(2.067.610,83)	(1.731.912,92)	(3.536.982,35)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(147.052,38)	(391.222,33)	(322.773,57)	(644.717,82)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(42.902,57)	(42.902,57)	0,00	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(118.574,42)	(205.584,54)	(81.389,95)	(155.539,74)
TOTAL	(1.211.065,22)	(2.707.320,27)	(2.136.076,44)	(4.337.239,91)

13. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

Descrição	2020	Taxa média	2019	Taxa média
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	7.917.763,88	98,00% CDI	0,00	
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	14.815.631,11	91,34% CDI	13.811.235,61	101,60% CDI



14. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiado

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	104% CDI	02/03/2022	4.252.487,55	0,00	0,00	0,00
Recursos do Bancoob		09/12/2027	36.950.314,03	5.934.035,83	5.055.665,13	0,00
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(1.258.454,88)	(512.378,58)	(101.416,99)	0,00
TOTAL			39.944.346,70	5.421.657,25	4.954.248,14	0,00

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança de Terceiros em Trânsito	3.539,24	0,00	0,00	0,00
Ordens de Pagamento (a)	1.064.000,00	0,00	143.000,00	0,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	4.482,21	0,00	7.279,61	0,00
TOTAL	1.072.021,45	0,00	150.279,61	0,00

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

16. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	23.477,49	0,00	43.426,62	0,00
Sociais e Estatutárias	1.023.097,78	0,00	968.459,14	0,00
Fiscais e Previdenciárias	461.008,08	0,00	264.694,88	0,00
TOTAL	1.507.583,35	0,00	1.276.580,64	0,00

16.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FATES - Resultado de Atos com Associados (a)	554.673,08	0,00	132.435,77	0,00
FATES - Resultado de Atos com não Associados (a)	428.331,59	0,00	0,00	0,00
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.023.097,78	0,00	836.023,37	0,00
TOTAL	2.006.102,45	0,00	968.459,14	0,00

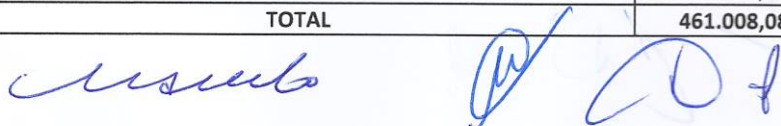
(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	108.102,99	0,00	0,00	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	9.989,17	0,00	6.523,01	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	269.900,30	0,00	159.429,50	0,00
Outros	73.015,62	0,00	98.742,37	0,00
TOTAL	461.008,08	0,00	264.694,88	0,00



16.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	0,00	0,00	993,98	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	273.000,00	0,00	34.901,03	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (b)	434.930,24	0,00	448.452,11	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	992.535,93	0,00	802.696,52	0,00
Provisão para Passivos Contingentes	0,00	0,00	45.000,00	0,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	256.259,40	64.167,09	141.244,86	39.954,41
Credores Diversos – País (e)	305.965,00	0,00	284.747,85	0,00
TOTAL	2.262.690,57	64.167,09	1.758.036,35	39.954,41

Refere-se aquisição de produtos para construção da sede administrativa – Sicoob Credialto;

- (a) Refere-se salários e vencimentos de terceiros;
- (b) Refere-se provisão de despesas de pessoal, e outras despesas administrativas;
- (c) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 14.240.752,07 e (R\$ 11.983.697,12 em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- (d) Referem-se a pendências a regularizar (R\$ 18.668,67), Pendências a Regularizar Bancoob (R\$ 144.571,00), Convênios Concessionárias – Prefeituras (R\$ 4.385,78), mensalidade Cooperativa Central (R\$ 13.226,00) e Cheques Depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2020 (R\$ 111.373,98).

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIALTO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	18.269.333,63	16.406.336,73
Associados	10.284	9.120

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades, encontra-se constituída em 31/12/2020 no valor de R\$ 10.901.812,33.

c) Fundo de Reserva de Expansão

Formado por meio de destinações de recursos oriundos das sobras de cada exercício social da Sicoob Credialto e em conformidade com os valores aprovados pelas Assembleias Gerais, em 05/03/2020 encontra-se em 31/12/2020, com saldo de R\$ 0,00, considerando que o valor de R\$ 776.450,04, foi aplicado em 2020 na construção da Sede Administrativa do Sicoob Credialto.



d) Sobras Acumuladas

Encontra-se registrada valor de R\$ 2.773.365,39, referente as sobras líquidas do exercício de 2020, acrescidas de Reversão Reserva de Expansão de R\$ 776.450,04, aplicado em 2020, totalizando o montante de **R\$ 3.549.815,43, à disposição da AGO, a ser realizada em 29/04/2020.**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício 2020	5.975.062,37	1.324.357,68
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(428.331,59)	
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.546.730,78	1.324.357,68
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	(2.218.692,31)	(529.743,07)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(554.673,08)	(132.435,77)
Sobra Líquida do Exercício 2020 à disposição da Assembleia Geral	2.773.365,39	662.178,84

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Receita de prestação de serviços	1.617.476,54	656.592,32
IRPJ/CSLL	(289.776,35)	0,00
Outras deduções conf. Res.129/16 e Res. 145/16	(899.368,60)	(1.020.448,79)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	428.331,59	(363.856,47)

20. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, no exercício findo em 2020, visando remunerar o capital do associado, no valor de R\$ 467.012,926. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

21. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	68.397,52	195.697,81	215.618,62	425.038,67
Rendas De Empréstimos	5.944.497,32	10.099.931,00	3.536.065,39	6.715.987,46
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	393.414,80	877.790,02	487.954,62	979.921,83
Rendas De Financiamentos	1.302.657,54	2.759.982,23	1.518.065,49	2.868.911,84
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	652.615,88	1.521.623,34	583.482,93	976.187,22
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	571.887,96	710.732,60	140.295,95	335.295,21
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	151.471,34	217.458,89	110.429,78	288.763,85
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	504.329,01	1.624.547,55	314.194,13	609.787,05
TOTAL	9.589.271,37	18.007.763,44	6.906.106,91	13.199.893,13



22. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(1.211.065,22)	(2.707.320,27)	(2.136.076,44)	(4.337.239,91)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(751.610,90)	(1.000.765,43)	(228.268,53)	(593.541,76)
Provisões para Operações de Crédito	(3.120,34)	(2.613.440,12)	79.650,92	(1.560.435,43)
TOTAL	(1.965.796,46)	(6.321.525,82)	(2.284.694,05)	(6.491.217,10)

23. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	160.271,51	317.423,57	148.052,39	266.387,54
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	2.258.101,50	3.599.451,86	1.034.286,83	1.966.344,90
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	0,00	45,65	0,00	0,00
Rendas de Garantias Prestadas	32.919,45	58.459,78	1.630,00	5.054,35
TOTAL	2.451.292,46	3.975.380,86	1.183.969,22	2.237.786,79

24. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	613.505,00	845.250,00	40.836,50	83.790,50
Rendas de Serviços Prioritários - PF	275.033,30	556.821,00	194.230,50	381.674,40
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	195.141,00	275.856,63	87.411,91	129.819,47
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	405.764,82	678.113,72	181.110,30	373.075,14
TOTAL	1.489.444,12	2.356.041,35	503.589,21	968.359,51

25. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(45.390,00)	(85.484,17)	(45.283,34)	(79.211,59)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(365.276,62)	(726.345,92)	(342.286,97)	(656.161,86)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(827.147,95)	(1.564.507,43)	(615.209,35)	(1.228.393,42)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(601.393,33)	(1.178.698,44)	(544.965,58)	(1.086.207,09)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.441.504,20)	(4.436.806,68)	(1.824.277,62)	(3.778.115,96)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(4.737,34)	(4.737,34)	(27.235,68)	(27.235,68)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(12.612,59)	(41.153,08)	(21.533,63)	(42.347,36)
TOTAL	(4.298.062,03)	(8.037.733,06)	(3.420.792,17)	(6.897.672,96)

26. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(62.617,66)	(128.782,59)	(64.377,86)	(133.959,90)
Despesas de Aluguéis	(186.554,18)	(376.245,62)	(173.966,57)	(348.077,40)
Despesas de Comunicações	(87.833,37)	(180.064,87)	(84.289,50)	(191.855,33)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(50.336,22)	(113.587,35)	(43.441,58)	(89.266,70)
Despesas de Material	(38.119,47)	(87.997,91)	(34.137,40)	(66.528,35)
Despesas de Processamento de Dados	(356.050,29)	(734.061,71)	(361.622,57)	(658.418,74)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(53.727,15)	(117.829,18)	(147.458,25)	(265.721,08)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(43.005,24)	(55.967,45)	(47.393,31)	(54.373,31)
Despesas de Publicações	0,00	(1.975,00)	(10.680,00)	(10.680,00)
Despesas de Seguros	(24.547,78)	(58.313,79)	(35.711,56)	(68.226,35)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(559.146,78)	(1.134.655,79)	(581.832,51)	(1.112.695,36)
Despesas de Serviços de Terceiros	(184.633,32)	(378.975,76)	(235.314,42)	(455.733,55)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(115.405,17)	(204.757,43)	(55.324,07)	(64.202,07)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(491.022,30)	(711.652,42)	(252.320,36)	(444.026,51)
Despesas de Transporte	(88.652,08)	(207.110,67)	(86.245,76)	(189.961,57)
Despesas de Viagem no País	(11.965,23)	(24.296,76)	(18.406,25)	(46.435,71)



Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Amortização	(8.134,44)	(23.285,88)	(16.826,78)	(32.741,36)
Despesas de Depreciação	(122.105,11)	(263.237,80)	(142.777,76)	(287.551,21)
Outras Despesas Administrativas	(57.441,57)	(91.930,63)	(60.252,00)	(97.509,44)
Emolumentos judiciais e cartórios	(79.064,83)	(129.032,21)	(43.210,86)	(96.416,11)
Contribuição a OCE	(21.506,09)	(43.012,19)	(17.952,87)	(35.905,77)
Rateio de despesas da Central	(76.333,09)	(155.189,63)	(76.597,38)	(166.780,57)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	(47.300,43)	(104.788,35)	(52.994,58)	(104.449,52)
TOTAL	(2.765.501,80)	(5.326.750,99)	(2.643.134,20)	(5.021.515,91)

27. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	41.619,53	51.060,56	3.825,72	33.093,55
Dividendos	0,00	12.744,59	0,00	22.815,49
Deduções e abatimentos	5.402,39	7.624,64	1.139,88	4.488,55
Distribuição de sobras da central	0,00	78.544,67	0,00	111.182,36
Rendas de repasses <i>Del Credere</i>	26.514,73	50.336,42	23.815,59	39.919,87
Outras rendas operacionais	55.562,96	75.803,48	7.178,28	15.685,43
Rendas oriundas de cartões de crédito	470.955,38	986.294,15	496.843,36	1.018.529,69
TOTAL	600.054,99	1.262.408,51	532.802,83	1.245.714,94

28. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	0,00	0,00	(20.000,00)	(20.000,00)
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(7.077,09)	(12.356,74)	(1.046,60)	(1.046,60)
Despesas de Recursos do PROAGRO	(0,10)	(0,10)	0,00	0,00
Outras Despesas Operacionais	(62.430,97)	(86.961,38)	(148.622,06)	(311.029,18)
Descontos concedidos - operações de crédito	(4.100,56)	(18.698,08)	(11.052,18)	(34.817,38)
Cancelamento - tarifas pendentes	(82.309,50)	(102.251,60)	(18.447,44)	(36.511,44)
TOTAL	(155.918,22)	(220.267,90)	(199.168,28)	(403.404,60)

29. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	10.657,84	10.657,84	20.000,00	20.000,00
Ganhos de Capital	5.646,56	10.826,70	4.282,00	9.437,39
Reversão de Provisões não Operacionais	0,00	0,00	151.974,82	151.974,82
Outras Rendas não Operacionais	3.000,00	18.000,00	12.079,80	12.079,80
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	0,00	0,00	(77.523,00)	(77.523,00)
(-) Perdas de Capital	(4.269,70)	(8.537,61)	(452,63)	(958,19)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0,00	(15.000,00)	0,00	(151.974,82)
Resultado Líquido	15.034,70	15.946,93	110.360,99	(36.964,00)

30. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.





e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2020	2019
67.033,82	67.490,99

f) No exercício de <2019> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(85.484,17)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(726.345,92)
Encargos Sociais	(160.945,40)

31. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDIALTO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIALTO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE 31/12/2020:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (NOTA 5)	81.575.307,10	50.688.433,17
Ativo Permanente – Investimentos Cecremge (NOTA 9)	2.665.135,35	2.269.394,47

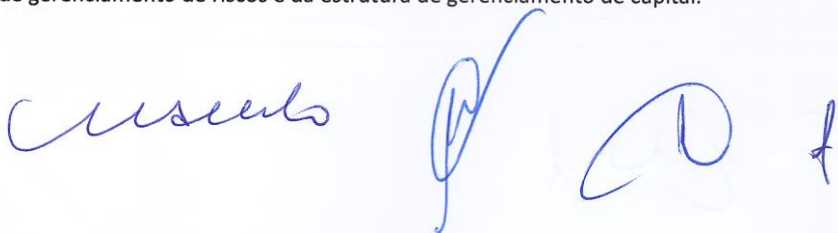
32. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.



As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2020>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	369.246,60	0,1195%	2.947,30
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	139.736,17	0,0452%	10.294,97
TOTAL	508.982,77	0,1648%	13.242,27
Montante das Operações Passivas	731.880,24	0,3539%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	4.938,81	132,34	0,4496%
Empréstimo	249.625,29	11.980,49	0,2897%
Financiamentos	108.426,32	1.023,61	0,4812%
Financiamentos Rurais	2.478,78	12,39	0,0502%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	170.392,45	0,3278%	0%
Depósitos a Prazo	477.867,91	0,4411%	0,1594%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	435.931,30	1,9176%	0,1486%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	59.357,17	0,2611%	0,1610%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Direitos Creditórios Descontados	1,3870%	2,3212%
Empréstimos	0,9760%	23,1800%
Financiamentos Rurais - repasses	0,9567%	48,3111%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	98,0491%	125,8933%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,5955%	13,2333%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,4836%	12,2444%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,1940%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0031%
Aplicações Financeiras	0,3539%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	593,00
Conta Garantida	74.328,33
Empréstimos	603.369,23
Financiamentos	112.584,00



32.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

32.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR – Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest do VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*.

32.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

32.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

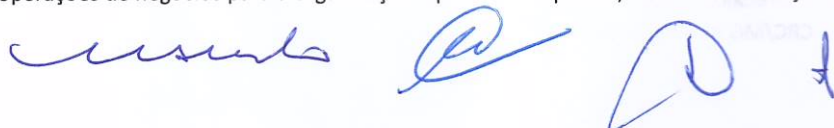
O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos sócioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

32.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.



O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

33. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

34. Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) no valor de R\$ 30.988.877,01, apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, encontra-se compatível com os riscos da estrutura dos ativos com percentual de utilização de 15,80%, em 31 de dezembro de 2020.

35. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

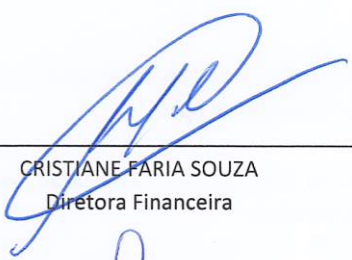
Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outros	0,00	0,00	45.000,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	45.000,00	0,00

36. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários da cooperativa são equivalentes a no mínimo 3% do salário. As despesas com tais contribuições, durante o exercício de 2020, totalizaram R\$ 74.794,00.

PIUMHI-MG, 25 de janeiro de 2021



CRISTIANE FARIA SOUZA
Diretora Financeira

DALILA SILVA MIRANDA FERREIRA
Diretora Administrativa

VICENTE PAULO MACHADO
Técnico Contábil
CRC/MG nº 57.835/O-0



Aos

Associados da SICOOB CREDIALTO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal efetivos, em reunião realizada em 20/01/2021, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Geral e as Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Alto São Francisco Ltda. – Sicoob Credialto.

Os exames foram executados de maneira a comprovar a adequada análise das demonstrações em seus aspectos relevantes, considerando o sistema contábil, os princípios de contabilidade e controles internos existentes.

Os conselheiros aprovaram o Balanço Geral de 31 de dezembro de 2020 e as respectivas Demonstrações Contábeis e são de opinião que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e refletem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Alto São Francisco Ltda. – Sicoob Credialto – e o resultado das operações do exercício findo naquela data, de acordo com as instruções emanadas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Piumhi (Mg), 20 de Janeiro de 2021


Nelson Alves de Oliveira
Coordenador
CPF: 324.853.956-15


Neilton Antônio Miranda
Secretário
CPF: 841.333.416-00


José Tarciso de Macedo
Conselheiro Fiscal Efetivo
CPF: 437.536.986-87

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Alto São Francisco Ltda. – Sicoob Credialto

Piumhi - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Alto São Francisco Ltda. – Sicoob Credialto**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Alto São Francisco Ltda. – Sicoob Credialto**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte - MG, 5 de março de 2021.

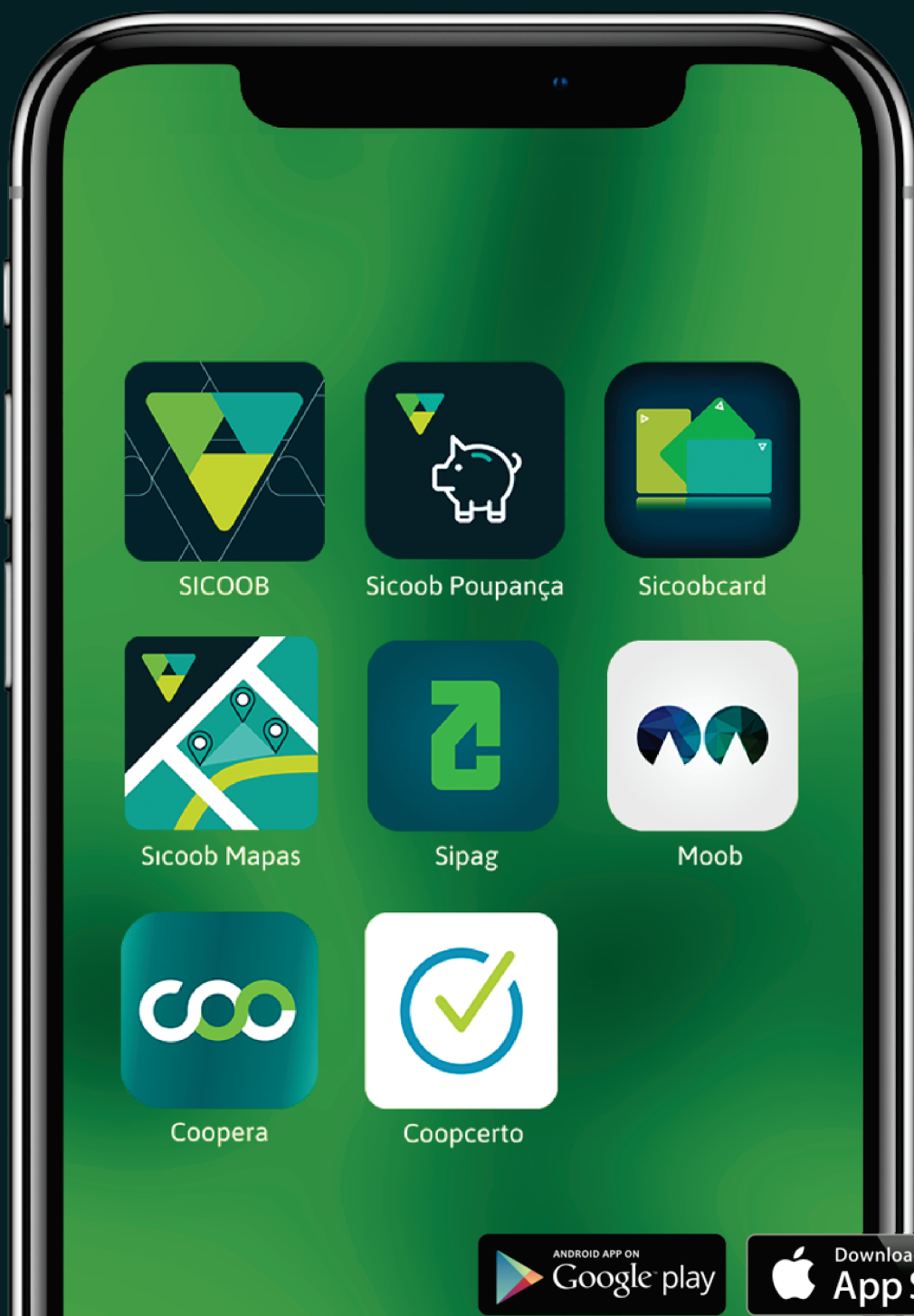


Luciano Gomes dos Santos
Contador CRC RS – 59.628
CNAI 3087

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SICOOB CREDIALTO

2020



SICOOB



Sicoob Poupança



Sicoobcard



Sicoob Mapas



Sipag



Moob



Coopera



Coopcerto

